

RAZÃO E SENSIBILIDADE NO OLHAR DE SAINT-HILAIRE SOBRE AS CIDADES DA PROVÍNCIA DE GOIÁS

REASONING AND SENSIBILITY IN SAINT-HILAIRE GLANCE'S OVER THE GOIÁS PROVINCIAL CITIES

DEUSA MARIA RODRIGUES BOAVENTURA

Professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Goiás e Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

dmrbester@gmail.com

CAROLINA RODRIGUES BOAVENTURA

Arquiteta e Urbanista / Mestranda da FAU-USP

carolrboaventura@gmail.com

Resumo: O presente artigo examina o livro *Viagem à Província de Goiás* de Auguste Saint-Hilaire, a partir de uma criteriosa leitura. Busca entender o discurso do autor sobre as cidades de Goiás do século XIX, iniciando por uma contextualização da escrita do livro e posteriormente destacando as ideias e as práticas criadas em seus modos de observação, como também os vínculos que estão relacionados ao pensamento estético do século XIX e aos aspectos que o levaram a construção das narrativas sobre as cidades goianas. Embora este livro já tenha sido bastante estudado, uma interpretação mais atenta sobre tais narrativas ainda não foi feita. Para a discussão do trabalho foram adotados três textos principais. O de Flora Süssekind, que aposta na predominância do olhar científico dos viajantes sobre os relatos e, que, neles há uma presença quase nula do naturalista diante dos fatos e do quase desaparecimento da sua subjetividade. Numa outra perspectiva encontram-se Ledonias Franco Garcia e Maria Luísa Sallas, que consideram, mais enfaticamente, a conjugação entre a razão e a sensibilidade. Para elas, ambos os entendimentos se apresentam lado a lado nos textos dos viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil na primeira metade do Oitocentos, como se nota nas narrativas sobre as cidades goianas, dado que o autor não só elaborou uma descrição mais objetiva sobre elas e as suas paisagens, como também, expressou suas sensibilidades ao observá-las, denotando, desta forma, uma maior complexidade da sua narrativa.

Palavras-chave: Narrativa. Viajantes estrangeiros. Razão e sensibilidade. Cidades da Província de Goiás.

Abstract: This article analyzes August Saint-Hilaire's book, *Viagem à Provincia de Goiás*, based on a cautious reading of it. It aims to understand the author's view about the cities of Goiás during the XIX century, beginning with a contextualization of the book's writing and later emphasizing ideas and practices created in his way of observation, along with the relations of the XIX century's aesthetic thinking and the aspects that made him build those narratives about the cities of Goiás. Although this book has already been considerably studied, a more careful interpretation of such narratives has not yet been made. For this paper's discussion three main texts were adopted. Some authors such as Flora Susskind consider the predominance of the scientific vision of the traveler's records by saying that on those there is almost no presence of the naturalist regarding facts, letting his subjectivity nearly disappear. One other perspective presented by Ledonias Franco Garcia and Maria Luisa Sallas points a combination of reason and sensibility. For them, both points of view can be noticed side by side on the travel journals of foreigners who went through Brazil in the first part of XIX century, as it is remarkable in the narratives of the cities of Goiás, considering that Saint-Hilaire did not only elaborate an objective description of the landscape, but also that he expressed his sensibility by observing it, which shows the complexity of his text.

Keywords: Narrative. Foreign travelers. Reasoning and sensibility. Cities of Goias provinces.

INTRODUÇÃO

A narrativa de Saint-Hilaire sobre as cidades oitocentistas de Goiás inscreve-se no contexto histórico do Brasil do final do século XVIII e início do XIX, quando o país se tornou um lugar ambicionado por vários outros viajantes estrangeiros, por ser um território bastante desconhecido e com fontes de grandes riquezas e de recursos naturais. Juntos aos interesses

políticos que visavam à elaboração de um projeto nacional e a busca da identidade brasileira, estas foram as principais motivações que incitaram o desejo e a curiosidade dos europeus.¹ O desconhecimento das terras brasileiras remonta ao século XVIII e deve-se principalmente a uma forte política de controle e centralização da metrópole portuguesa, que gerou uma série de proibições aos acessos de estrangeiros ao território sob seu domínio. Somente aos expedicionários e aos administradores vinculados à colônia não houve tal impedimento (SALLAS, 2013).

Em 1808, com a vinda da família real esse cenário se transformou consideravelmente, abrindo novas possibilidades de afluxos e exploração de vários estrangeiros naturalistas ao território do Brasil. Uma das primeiras providências tomadas por Dom João VI foi a abertura de portos àqueles países que mantinham relações com Portugal. Desta forma a entrada no território brasileiro tornou-se mais fácil, levando diversos viajantes estrangeiros, de diferentes nacionalidades a conhecer as naturezas exóticas e pródigas que aqui se encontravam com abundância. Avançar sobre as terras desconhecidas, estabelecer o diálogo com regiões de culturas diferentes das ditas civilizadas e explorar particularmente as potencialidades da terra foram suas intenções segundo claros objetivos científicos, econômicos e políticos. É por esta razão que o Oitocentos se apresenta com um considerável conjunto de diários, guias de memórias, relatos de viagens e de desenhos, numericamente superior em relação às demais épocas da história brasileira. Nessa época vieram para o Brasil o príncipe Maximilian Alexander Philip de Wied-Neuwied (1815-1817), Carlos Friedrich Philip von Martius (1817-1820), Johann Moritz Rugendas (1822-1825), Spix e Martius (1817- 1820) dentre outros.

Estes exploradores, para além da referida curiosidade, procuravam conhecer “[...] cada particularidade da fauna, flora, recursos hídricos e minerais, bem como os costumes de seus habitantes” (SALLAS, 2013, p.13). As obras resultantes de suas viagens tinham os propósitos de registrar o cotidiano e buscar dados para o entendimento de um país que necessitava encontrar as origens, as suas fundações para construir “[...] uma geografia e uma paisagem singulares e descrever acidentes, cenários e tipos peculiares [...]” (SÜSSEKIND, 2006, p.61). Acreditavam que poderiam fornecer conhecimento sobre o território e contribuir com a formação do jovem país. Em *Viagem pelo Brasil* de autoria de Spix e Martius (1981) fica evidente esta intenção quando os autores assinalam a importância das descrições físicas do país.

Com estes mesmos objetivos se dirigiram à Província de Goiás os estrangeiros August de Saint-Hilaire, D’Alincourt, Johann Emmanuel Pohl, Gardner, Castenau, Spix, Martius e

¹ Esta curiosidade relaciona-se a um imaginário europeu em que a natureza exótica do Brasil representava os primórdios da vida na terra.

Burchell. Este último foi um daqueles que se dedicou a produção de diversas imagens sobre as cidades e a paisagem da Província goiana. Como os demais pintores viajantes do Brasil, seu trabalho se encontrava comprometido com as várias tradições artísticas dos oitocentos europeus. Mas deste conjunto de autores citados acima, August de Saint-Hilaire protagoniza este artigo por apresentar o relato sobre a Província de Goiás. Nele se encontram informações sobre as cidades de Santa Luzia (atual Luziânia), Montes Claros, Corumbá, Meia Ponte (atual Pirenópolis), Jaraguá, Ouro Fino, Ferreiro, Vila Boa (atual Cidade de Goiás), Caldas Novas, Santa Cruz, Bom Fim (atual Silvânia) e os aldeamentos de Mossâmedes (atual cidade de Mossâmedes) e Maria I (hoje desaparecido).

A chance de Saint-Hilaire viajar para lugares distantes e desconhecidos para os europeus se deu quando ele soube da notícia de uma missão destinada ao Brasil, coordenada pelo conde de Luxemburgo em 1816, momento em que o país se abria para diversas conquistas em suas terras. Entusiasmado, rapidamente o naturalista francês se integrou à comitiva do conde e partiu para os novos desafios em terras incógnitas. Aqui permaneceu até 1822.

Tomando como referência os lugares da Europa, onde as florestas haviam sido substituídas pela lavoura ou por áreas urbanizadas, o viajante se impressionou pela natureza selvagem e intocada do Brasil oitocentista. A Província do Rio de Janeiro foi o seu ponto de partida. De lá alcançou o sul e o centro do país, como Minas Gerais e Goiás. Nesta parte interna do território o conhecimento da natureza foi um esforço ainda maior, constituiu-se em um grande desafio para o viajante, pois “[...] quando inóspita, tanto exercia [exerceu] o fascínio como isolava [isolou] os lugares; [...] outras tantas vezes, representava [representou] o lugar da realização dos projetos de civilização” (GARCIA, 2010, p. 74).

O presente artigo procura entender as ideias e as práticas do viajante criadas em seus modos de observação, considerando os vínculos da produção dele com o pensamento estético do século XIX e os aspectos que o levaram à construção das narrativas relacionadas às cidades goianas. Para tanto, a discussão teórica sobre o relato de Saint-Hilaire será ancorada em três textos principais. No primeiro *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*, a pesquisadora Flora Süssekind (1990), coloca em relevo a vertente científica dos relatos dos viajantes, apontando as características específicas do gênero correspondente a esta literatura. Neste texto, o ponto de vista do naturalista é desconsiderado, é como se ele fosse nulo. A subjetividade do autor quase desaparece, figurando-se mais na impessoalidade.

No livro *a Ciência do homem e sentimento da natureza: viajantes alemães no Brasil do século XIX* de Ana Luiza Fayet Sallas (2013), a dimensão estética da natureza oitocentista é tratada em paralelo ao estudo do olhar científico dos viajantes. Considera a natureza não mais

como uma ordem revelada e imutável da criação, mas como ambiente da existência e da experiência cognitiva. O modelo universal deixa de ser a referência, e a reação particular e pessoal diante de um estímulo, assume maior importância.

O livro de Ledonias Franco Garcia (2010): *Goyaz: uma província do sertão*, discute que em oposição à certeza e à razão segue-se a estrutura da intencionalidade. Auxilia, desta forma, na compreensão da influência do romantismo na construção das narrativas dos viajantes e ajuda a identificar as marcas da subjetividade externas e internas do texto, capazes de situar a escrita de Saint Hilaire para além de sua formação de pesquisador naturalista. Complementando esta questão, Sallas (2013) considera ser importante observar as especificidades e a natureza das palavras, por entendê-las como a produção do “outro”, produção humana artificial e arbitrária que pode interromper a presença natural pela introdução de elementos não naturais no interior do mundo-tempo.

2. DA LITERATURA DE VIAGEM E DOS NATURALISTAS ESTRANGEIROS

Em *Goyaz: uma província do sertão*, Garcia (2010) afirma que os escritos dos viajantes estrangeiros oitocentistas se aproximam das crônicas, memórias e diários de época. Por este motivo foram recusados por um longo tempo como fontes documentais por parte dos historiadores. Estes pesquisadores viam tais textos “[...] sempre desconfiados dos testemunhos e até mesmo indicando que viajantes e cronistas, eclipsados por um pretenso “olhar estrangeiro” não entendiam Goiás” [...] (SANDES In: CHAUL, 2001, p.21).

Mas uma historiografia mais recente considera que tais escritos se constituem em narrativas específicas, que comportam singularidades e particularidades. Suas compreensões exigem olhares atentos para a descoberta das lógicas discursivas e simbólicas do século XIX. O que corresponde a interpretá-los de forma contextualizada, observando os sentidos das narrativas, segundo os juízos de valor de seus autores, seus universos culturais e objetivos traçados que almejaram alcançar o entendimento do novo, ou daquilo que se via. De acordo com esta abordagem, pode-se afirmar que os relatos podem contribuir significativamente com o conhecimento do Brasil oitocentista. Eles permitem fazer inferências sobre as cidades por onde os viajantes passaram, bem como sobre os pequenos núcleos urbanos do interior do país, como é o caso daqueles que se situam em Goiás.

Um melhor entendimento dos escritos dos viajantes, portanto, requer que se retome a história de Alexander Von Humboldt, primeiro naturalista que veio à América no início do século XIX, mas não ao Brasil, e que escreveu uma importante obra neste gênero, sendo

referência obrigatória para os demais viajantes estrangeiros e brasileiros, pois mostrou-lhes um processo disciplinador dos gestos e do olhar. Sua vasta produção os ensinou um método de olhar a natureza e de representá-la. Com sua publicação ele ajudou a construir um novo imaginário sobre a América, reinventando sua paisagem para os europeus que a conheciam apenas a partir de informações construídas a partir do século XVI.

Esse imaginário de ideias fantásticas que remonta ao Quinhentos, no século XVIII recebeu a influência do pensamento de Buffon, para quem a natureza só seria bela se houvesse a intervenção humana. Poderia ser contemplada somente a partir desta condição. Não foi exatamente o caso desse território desconhecido que se apresentava com problemas: “[...] natureza hostil, úmida, podre, cheia de répteis e animais menores, e pela presença de indígenas selvagens e débeis; um continente novo e insalubre para os povos civilizados” (GERBI, apud Garcia, 2010, p. 64). Utilizando-se de juízos de valor Buffon apontou as diferenças entre os dois mundos e reafirmou a superioridade europeia.

Apesar da forte circulação das ideias de Buffon, Humboldt conseguiu propor um outro entendimento da natureza a partir da ciência. Em seus escritos ela se apresenta com grande força dramática e expressiva. Para ele, ela se destacava pela sua exuberância e singularidade, o que correspondia a uma interpretação baseada em uma “[...] importante categoria na construção do seu pensamento: *unidade dentro da diversidade* [...]” (SALLAS, 2013, p. 44). Com esta categoria, seria possível compreender os valores dos fatos individuais das diversas culturas. Assim, Humboldt cria uma nova possibilidade para as explicações e representações da natureza. Indica uma visão da natureza que provocou alterações significativas nas formas de interpretação do mundo.

Porém, Humboldt não se interessou pelas pessoas, dedicou-se mais à natureza sempre apontando sua variedade de espécies, suas grandezas e solidão sagrada e melancólica. Atendendo à ciência natural buscava também catalogá-la e classificá-la.

Depois de Humboldt, vários estrangeiros escritores e pintores paisagistas andaram pela América, tais como Martius, Rugendas, Sait-Hilaire e Burchel no Brasil. Esse momento correspondeu àquele em que se buscava conhecer e ocupar a vasta dimensão territorial do país. À medida que era percorrido e conhecido, os relatos e as imagens de paisagens multiplicavam-se.

As terras mais centrais do país passaram a ser então lugares bastante desejados, em face ao seu desconhecimento. Sua natureza era um campo de promessas, de riquezas e de progresso. Seu incrível e extenso território, pleno de diferentes espécies de plantas e animais, permitiu a formação de um conjunto exótico do mundo natural e de relatos onde aparecem estas intenções, marcadas pela presença de uma dimensão idílica, romântica e uma outra com potencial de

utilização (GARCIA, 2010).

Nesse grande momento de circulação por todo o Brasil, os relatos de viagem, de uma maneira geral, funcionavam como “[...] uma espécie de mapeamento e viagem incessante em direção a origens e sementes da nacionalidade [...]” (SÜSSEKIND, 1999, p. 67). Eram formas de conhecimentos e de acessos a informações sobre a geografia, aos usos e aos costumes, sobretudo para aqueles que não poderiam viajar e, de uma certa forma, obterem suas próprias experiências.

Os textos e os desenhos se apresentavam como documentos das experiências de seus autores, revelando as suas posições de cientistas da natureza, defensores da ordem, da razão, do método classificatório, do conhecimento da *unidade dentro da diversidade* e do detalhe. “Como se diante da “muralha verde” que a visão não pode atravessar, restasse ao viajante figurá-la nos detalhes ou incorporá-la a cartas a serem ainda concluídas” (SÜSSEKIND, 1999, p. 112). Mas, às vezes, também se colocavam menos armados diante da natureza, abrindo-se para o desânimo, o desalento e a meditação. Este aspecto, destituído de intenções mais pragmáticas, pode ser visto nas palavras de Spix e Martius (1975, p. 227):

A situação solitária do lugarejo, de poucos habitantes, prestava-se perfeitamente para infundir em nós, viandantes de passagem, as mais benéficas sensações de sossego confortável como só muito raro acontecia. Nessa disposição de espírito volvíamos complacentes o olhar, durante as longas noites, para as estrelas do sul, que cintilavam com extraordinário esplendor no céu sem nuvens. [...] mais do que o esplendor daqueles sóis, porém, impressionou a minha alma a negrura dos espaços celestes sem estrelas, nas quais o olhar errante se perde no meio das cintilações de milhões de mundo no polo austral. Diante deles, que são como pórticos de um segundo firmamento inacessível aos sentidos humanos, figura muda do infinito, o espírito se detém fremente, ao pressentir a eternidade.

A despeito do desânimo expresso em alguns momentos das trajetórias dos viajantes, Sússekink (1990, p. 118) insiste em enfatizar o caráter mais objetivo destes homens, quando discute a questão dos processos classificatórios que estão fortemente presentes nos relatos. Para ela esse era um dos seus principais alvos e fator motivador que os impulsionou a enfrentar as dificuldades de uma viagem que visava apreender, sobretudo, as especificidades da paisagem brasileira.

Como se, não bastando o simples registro de uma vista, fosse necessário delinear com nitidez ainda alguma árvore, espécie vegetal de pequeno porte, algum homem em atividade característica ou apenas passando. Como se uma prancha devesse cumprir papel de várias. Como se numa estampa se devesse dar conta de uma multiplicidade de espécies existentes ou atividades possíveis naquele exato local.

Sússekink (1999) deixa claro que o olhar dos viajantes se caracterizava pela atenção e descrição cuidadosa com os objetos que observava. Olhar atento, como o de Saint-Hilaire, que atenderia as expectativas da ciência. Por esta razão, a importância de viagens a lugares distantes,

mesmo que estes se apresentassem em condições adversas ou entediantes. Mas, por outro lado, apesar de toda esta objetividade, nas narrativas de alguns viajantes, como Spix e Martius (1981, p. 104) pode-se ver também uma influência do romantismo, destacado pelos seus sentimentos em relação à natureza.

Aquela majestosa natureza nos rodeou de todo o seu encanto particular: o ligeiro sussurro dos leques das palmeiras, o canto delicado dos pássaros remotos, a solene escuridão do firmamento estrelado sob o qual a folhagem do arvoredo se destacava em mais intensas sombras e nos dava tanta serenidade de alma que nos sentimos compensados pela falta de ambiente civilizado [...].

A partir destas palavras pode-se inferir, que as narrativas dos viajantes oitocentistas, caracterizadas pela valorização da ciência e, portanto, da objetividade, são também amalgamadas, em alguns momentos, por avaliações e relações mais pessoais. Ambas as dimensões, razão e sensibilidade, se desenvolveram paralelamente. A explícita afirmação de que nesses lugares a solidão era uma constante, não afasta plenamente as subjetividades das percepções dos autores, apenas mostra um certo desinteresse pela presença humana, dada a maior ocupação com o registro dos detalhes da natureza, que diga-se de passagem, acontecem a partir das escolhas individuais. Mas, ainda assim Sússekind (1990, p. 111) destaca este desinteresse, reforçando o traço da impessoalidade dos viajantes diante das suas diversas experiências, pois considera ser ele,

[...] um narrador que pouco se define quem costuma relatar tais expedições. Sabe-se de antemão o seu papel no grupo itinerante, mas é como uma espécie de voz impessoal e sempre em movimento que costuma se apresentar ao leitor. [...] O “eu” que narra quase se apaga e o narrador passa a se figurar, ora num plural impessoal – “Nós estrangeiros” –, ora numa imagem genérica, atemporal, a que se chama apenas de “o viajante”.

Neste parágrafo a autora revela a predominância da corrente científica nos discursos dos viajantes. Para ela, nas narrativas de viagem não se notam as visões particulares dos autores sobre os espaços percorridos. O que lhes interessou foi a observação e a classificação de tudo que era exótico e novo. Tratava-se apenas de cientistas a serviço do conhecimento da natureza.

Garcia (2010, p. 74), no entanto, minimiza a força desta corrente por entender que para uma compreensão mais efetiva desta literatura deve-se considerar a dimensão científica ao lado da sentimental, “pois não raramente os viajantes, sob a influência do romantismo, deixaram que os mais profundos sentimentos tomassem conta de suas descrições da paisagem”. Além do mais, a natureza que eles perceberam com os sentidos, interpretaram com a razão e acreditavam poder modificar fez parte do pensamento ilustrado que se estendeu até o século XIX e que, portanto, encontrava-se no contexto de “[...] uma realidade interiorizada que tem na mente todos os seus

possíveis desenvolvimentos [...]” (ARGAN, 2010, p.18).

Sendo assim, procura-se compreender as cidades goianas considerando a singularidade do olhar de Saint-Hilaire, expressas em sua razão e sensibilidade presentes em *Viagem à Província de Goiás*. Levar em conta esses campos não como pertencentes a universos antagônicos ou conflituosos, mas a partir de íntimas relações, que ajudaram a formar as descrições sobre os povoados do sertão e a natureza que os envolvia. Narrativas, portanto, repletas de significados referentes à visão de mundo do autor, à construção de um discurso científico e, mesmo que em menor escala, às impressões reveladoras de atributos de subjetividade.

2. O OLHAR DE SAINT-HILAIRE SOBRE AS CIDADES DE GOIÁS

Dentre os vários relatos publicados por Auguste Saint-Hilaire um deles foi *Viagem à Província de Goiás*, publicado após o seu retorno à França (1822), quando se restabelecia de uma enfermidade, e apresentado à Academia Real das Ciências. Com uma estrutura de texto organizado em XII capítulos, e segundo uma forte influência da corrente científica e de uma presente aproximação com o romantismo, Saint-Hilaire construiu seu discurso. Descreveu a natureza de Goiás, atento ao “olhar armado” e a postura de um pesquisador que desejava registrar, recolher e classificar cuidadosamente as espécies da flora. Ao lado desta interpretação, também se curvou às suas percepções, apresentando uma paisagem impregnada de representações com ideias próprias de uma época que orientaram seus gestos, olhares e narrativas, porque,

Cada cultura possui um determinado repertório de categorias e códigos para a expressão do estilo cognitivo da época em que emergem. Nesse sentido, note-se que, desde o final do século XVIII até meados do século XIX, houve, de fato, a constituição de um determinado estilo cognitivo, cuja expressão destaca-se pela afinidade entre códigos artísticos e científicos (SALLAS, 2013, p. 20).

Mas, a natureza do vasto território goiano não foi a única a chamar a sua atenção. Saint-Hilaire descreveu os diversos povoados da região sempre procurando localizá-los geograficamente, se colocando como um rigoroso cartógrafo que buscava a precisão. Para tanto tomou como referência os padres matemáticos Diogo Soares e Domingos Capacci², ambos do

² Saint-Hilaire em seu livro *Viagem à Província de Goiás*, equivocadamente, registra o nome do padre Capacci, como Chapaci. (1975, p. 50).

Domingos Capacci em 1729 percorre o Brasil, acompanhado por outro jesuíta, o lisboeta Padre Diogo Soares, para ajudar no trabalho de levantamento e reconhecimento do território colonial. Em um alvará de 18 de novembro desse mesmo ano, D. João V comunica ao Vice-rei, aos governadores de todas as capitanias do Estado do Brasil e até às últimas freguesias dos sertões, a nomeação desses dois padres matemáticos e

século XVIII e responsáveis pela primeira localização geográfica de Vila Boa de Goiás. A partir do contato direto com o espaço de Goiás, Saint-Hilaire informou ao seu público sobre a cultura local, a população rarefeita e a economia. Registrou também as suas impressões sobre a paisagem que circundava os povoados, porém sem a melancolia que se encontrava frequentemente nos campos distantes, onde ela parecia ser mortal, como se observa no trecho a seguir:

[...] a paisagem que a cerca [Vila Boa] nada tem de melancólica. Os morros não são altos, e as matas que os cobrem mantêm-se permanentemente verdes. Não sendo muito fechadas, elas não dão ao lugar a aparência tristonha e severa das regiões das florestas virgens. Além do mais a cor do céu, mesmo no mês de junho, quando geralmente não é tão bonita em outros lugares, mostrava-se ali de um azul luminoso. Para os lados do sul os morros são mais baixos, deixando ver no horizonte a Serra Dourada. Seu cume, por assim dizer nivelado, e suas encostas nuas e acinzentadas dão uma pitoresca aparência à paisagem. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 50).

Para entender os arraiais de Santa Luzia, Santo Antônio de Montes Claros, Corumbá, Meia Ponte (Pirenópolis), Jaraguá, Ouro Fino, Ferreiro, Vila Boa (Cidade de Goiás), Bom Fim (Silvânia) e Caldas Novas, ele guardou distância para informar sobre uma realidade da qual nunca se sentiu fazendo parte. Embora negue, tomou como modelo comparativo as suas cidades de origem, bem como as regiões mais civilizadas de províncias brasileiras com núcleos urbanos maiores e com arquitetura mais elaborada tal como a de Minas Gerais. Esta província “[...] é uma espécie de padrão, por assim dizer, do qual me sirvo para julgar todas as outras que percorri mais tarde [...]” (Saint-Hilaire, 1975, p. 13).

Logo de início, em seu prefácio, aponta a inferioridade de Goiás em relação à Província de Minas Gerais. Diz ele: “Infelizmente – lamento ter de admiti-lo - a comparação não será favorável a Goiás, infortunada região entregue há longos anos a uma administração quase sempre imprevidente e com frequência espoliadora” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.13). Como se não bastasse essa condição, ela contava com uma população reduzida, habitando núcleos urbanos mergulhados em um vasto território abandonado e com um clima árido e terrível. Não haveria muita oportunidade para o progresso! Para alcançar tal feito, “[...] seria preciso que os goianos possuíssem [...] uma dose maior de perseverança e energia” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.56).

Saint-Hilaire ainda dizia que esses núcleos populacionais não eram espaços onde se encontrava a civilização, embora acreditasse que, com os esforços adequados do povo, pudesse alcançá-la. Seus habitantes de costumes estranhos não se preocupavam com a instrução, a moral e a religião. Afastados dos convívios sociais, levando uma vida de ociosidade e com liberdade

geógrafos da Companhia de Jesus para a importante missão de ordenar as cartas geográficas “do dito Estado, não só pela marinha, mas pelos sertões” (Cortesão, apud Boaventura 2007, p.76).

desajustada se diferenciavam daquelas populações que habitavam nas cidades do litoral, particularmente do Rio de Janeiro, onde se encontrava a modernização “revelada por uma arquitetura que expressava um gosto diferente, ligada à estética do pitoresco e a uma concepção romântica da ambientação” (DEL BRENNA, 1987, p.32).³

Para Saint-Hilaire essa precária condição de Goiás se devia particularmente a pouca importância que se deu à região. Nenhuma medida eficaz, por parte da administração da Província, havia sido tomada para se reverter os inúmeros problemas de Goiás, sobretudo os econômicos e comerciais. Sugeriu que o estímulo dado à população, o despertar dos bons costumes e o desenvolvimento da agricultura seriam os elementos necessários para o progresso em que ele apostava. Assim sendo, nem tudo estava absolutamente perdido. Apesar das adversidades e do desconhecimento da natureza, as vilas e os arraiais eram as promessas de um projeto civilizatório e próspero defendidos por ele:

Tempo virá em que cidades florescentes substituirão as miseráveis choupanas que mal me serviam de abrigo, e então seus habitantes poderão se desfrutar de uma vantagem que raramente encontramos na Europa, pois saberão com certeza pelos relatos de alguns viajantes, quais foram as *origens de suas cidades* mas também dos seus mais insignificantes povoados (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 14). Grifos nossos.

Não só a prosperidade, mas ainda tudo aquilo que seria uma vantagem em relação à Europa. Diferentemente desta, o passado da Província se mostraria como uma possibilidade fácil e viável de se conhecer. Ela poderia contar com os esforços iniciais de viajantes que se dedicaram à elaboração de um conhecimento científico que ajudaria não só nas informações sobre as origens de suas cidades, como também na formulação de conselhos e observações necessárias às sugestões para a solução dos diversos problemas locais.

Ainda em seu prefácio, certo de seu dever cumprido, assinala a importância do relato para Goiás, porque seria ele o testemunho e o registro de um tempo anterior. Com este testemunho as pessoas ficariam surpresas, por verificarem que:

[...] nos locais onde se erguerão então cidades prósperas, havia outrora um ou dois casebres que pouco diferiam das choças dos selvagens; que onde estarão retinindo nos ares os ruídos dos martelos e das máquinas mais complexas ouviam-se apenas, em outros tempos, o coaxar de alguns sapos e o canto dos pássaros; que em lugar das extensas plantações de milho, de mandioca, de cana de açúcar, e das árvores frutíferas,

³ Esta distinção entre as cidades do sertão e as do litoral pode ser observada em um texto de Leite Moraes (apud Garcia, p. 91), Presidente da Província: “[...] lá [eu] estava na terra natal [...] entre os velhos amigos, deslumbrados pelo sol da civilização; e aqui [...] entre desconhecidos [...] no meio dos selvagens e do deserto, sepultado nas trevas da barbárie; lá entrava num carro-salão, atapetado e de poltronas, rodando sobre trilhos de ferro; e aqui [...] entrava numa tosca e grosseira embarcação, coberta de palhas de coco, deslizando-se à mercê; lá, percorria, por assim dizer, o lar doméstico, e aqui [...] o lar do mistério, o caminho do desconhecido margeado das tenebrosas conjecturas.

o que havia eram terras cobertas por uma vegetação exuberante mas inútil. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 14).

Ao lado dessas supracitadas considerações é fácil encontrar também no texto de viajante francês as prolongadas descrições características do olhar de quem estava a serviço da ciência, pois sempre tomava o cuidado de registrar as muitas e variadas informações que iam desde os conteúdos relacionados à botânica até aos da cartografia. Em relação aos núcleos urbanos ele adotava frequentemente o mesmo procedimento, ou melhor, um método de leitura que se iniciava com a elaboração de itinerários, a descrição geográfica das suas localizações e sempre que possível a indicação de suas latitudes e longitudes, procurando assinalar os erros e equívocos de outros viajantes.

O encantador Arraial de Meia Ponte é ao mesmo tempo sede de um julgado e de uma paróquia. Situado a 15° 30' de latitude S. numa região de grande salubridade, na interseção das Estradas do Rio de Janeiro, Bahia, Mato Grosso e São Paulo, distante de Vila Boa no máximo de 27 léguas e rodeado de terras extraordinariamente férteis, o arraial era um dos mais aquinhoados da província e o de maior população (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 36)

Na impossibilidade da obtenção de dados mais precisos, como os já mencionados, ele tomava como referência os elementos da natureza. Localizava os povoados a partir dos acidentes geográficos mais destacados, como se vê a seguir:

Aprazivelmente situado numa encosta, acima de um extenso vale, o Arraial de Santa Luzia estende-se paralelamente à margem direita de um riacho que passa no fundo do vale e tem o nome de Córrego de Santa Luzia. O arraial é cortado em duas partes desiguais, no sentido de sua largura, por um córrego menos volumoso, que vai desaguar no primeiro. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 25).

Esta localização geralmente vinha precedida de uma indicação da paróquia a que pertenciam os arraiais e, às vezes, acompanhada do número de habitantes. Jaraguá, dizia ele: “[...] é uma capela filial de Meia Ponte, contando com cerca de 2.000 fiéis” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 42). Tal informação confirma a continuidade de uma prática recorrente do Setecentos, quando se localizavam também os núcleos urbanos a partir dos levantamentos feitos pela Igreja. Esta, para além da expansão da fé, e segundo uma complexa e imbricada relação com o Estado - o regime de Padroado -, participava do processo de delimitação do território colonial (BOAVENTURA, 2007). Tudo isto mostra o comprometimento do viajante com a busca da veracidade e confiabilidade das informações fornecidas por ele.

No afã de dar continuidade ao seu método de trabalho, Saint-Hilaire (1975, p. 36) passava para a descrição da topografia do lugar, dos aspectos físicos e espaciais dos edifícios, bem como das ruas existentes.

[Meia Ponte] tem praticamente o formato de um quadrado e conta com mais de trezentas casas, todas muito limpas, caprichosamente caiadas, cobertas de telhas bastante altas para a região. Cada uma delas, conforme o uso em todos os arraiais do interior, tem um quintal onde se vêem bananeiras, laranjeiras e cafeeiros plantados desordenadamente. As ruas são largas, perfeitamente retas e com calçadas dos dois lados.

O parágrafo confirma como o autor do relato foi metuculoso. A configuração do traçado, o número de casas e as tipologias residenciais foram observados segundo um olhar atento de quem tudo quer conhecer e registrar. As ruas regulares e largas chamam a sua atenção por esta ser a condição de um princípio de organização espacial próprio de cidades, ou seja, de lugares que obedeciam a um tipo de planejamento e de ordem, onde operava a razão. Ruas menos regulares eram um indicativo do desleixo e do atraso. A aspiração de racionalidade, expressa nos valores da regularidade, foi uma forte marca do espírito ilustrado.

Vila Boa de Goiás, onde “[...] as ruas são largas e bastante retas [...]” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 50) também conta com esta condição, assim como São José de Mossâmedes. Neste lugar era com prazer que o viajante “[...] vê [via] o encantador efeito produzido na paisagem pela série de construções regulares, que contrastam [contrastavam] com o aspecto selvagem e desértico das terras circunvizinhas”. A razão, com a lógica da regularidade e, portanto, com a intervenção do homem no espaço - criando assim uma natureza bela e cultivada -, junto ao desconhecimento de outra parte dessa mesma natureza que provocava solidão, foram as bases de suas avaliações.

Depois que deixei o Rio de Janeiro eu não havia visto uma região tão deserta. [...] Aquela solidão parecia isolada do resto do universo. [...] uma solidão imensa, sem nada que pudesse suavizar por um instante meu tédio (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 74,76, 107).

O sentido de solidão, paralelamente aos das expressões bela, encantadora e aprazível apontam uma dimensão estética, mais subjetiva. Dizer que as cidades possuíam tais qualidades é um juízo de valor, a coisa não é bela, aprazível ou encantadora em si mesma, mas no juízo de quem a define.

Não só a regularidade e suas qualidades se mostravam como aspectos positivos de algumas cidades goianas, a disposição em acrópole dos edifícios religiosos, os lugares em que foram implantadas, as casas “[...] imaculadamente limpas”, (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 36) semelhante ao asseio holandês e a constante presença dos típicos quintais com suas árvores frutíferas lhe pareciam específicos destas cidades e, neste sentido, o autor tão ligado à especulação científica não parece romper com a noção de pitoresco.

Em outra parte de seu livro esta mesma lógica se apresenta:

Da praça onde fica situada essa igreja [Nossa Senhora do Rosário] *descortina-se um panorama que talvez seja o mais bonito que já me foi dado apreciar* em minhas viagens pelo interior do Brasil. A praça foi construída sobre um plano inclinado, abaixo dela veem-se os quintais, como os cafeeiros, laranjeiras e bananeiras de largas folhas; uma igreja que se ergue um pouco mais longe contrasta, pela brancura de suas paredes, com o verde-escuro da vegetação; à direita há também casas e quintais, e ao fundo outra igreja; à esquerda vê-se uma ponte semidesmantelada, com um trecho do Rio das Almas coleando por entre as árvores; do outro lado do rio avista-se uma igreja rodeada por uma pequena mata, com grupos de árvores raquíticas mais além, confundindo-se com ela. Finalmente, a cerca de légua e meia do arraial o horizonte é limitado ao norte por uma cadeia pouco elevada, que constitui um dos prolongamentos dos Montes Pirineus. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 36). Grifos nossos.

Como um pintor de paisagem, nesta passagem do livro, Saint-Hilaire demonstrou uma profunda afinidade com a visão do todo ou de um espaço amplo, panorâmico. Sua descrição considerou a distância. Seu olhar ao correr a linha do horizonte, tentou buscar toda a informação possível para ocupar o lugar da realidade. Na contemplação da natureza seu olhar procurou ir além das aparências. A paisagem de Meia Ponte pôde ser construída a partir dos seus diversos fragmentos. O Rio das Almas, o Monte Pirineus e a mata vão sendo marcados figurando uma paisagem pitoresca da cidade. E assim, identificados os elementos naturais, ele os associava às igrejas, às casas e aos quintais, elaborando uma narrativa que expressa sua percepção em relação à cidade e à natureza.

A relação de correspondência entre percepção e sentimento diante da natureza revela-se mais efetivamente quando o narrador se refere ao sertão, que embora identificado pela solidão e hostilidade, presenteava-o com a paz e a liberdade, considerados motivos posteriores de suas nostálgicas lembranças (SAINT- HILAIRE, 1975, p. 110).

É a natureza, portanto que ocupa o espaço central na escrita de Saint-Hilaire. Uma natureza que os homens “[...] percebem com os sentidos, apreendem com o intelecto, modificam com o agir” (ARGAN, 2010, 17). Não só no parágrafo citado anteriormente, mas em boa parte do livro ele procurou enfatizá-la, parecendo minimizar a importância do arraial e da presença humana, identificando-os também como lugares vazios e solitários.

Salvo a visão mais positiva sobre as cidades goianas, encontram-se ainda as avaliações negativas sobre o território e a sua arquitetura local. Aqui sua referência foi o contexto europeu, pois, em vários pontos do relato, ele não se cansou de desclassificá-la, adjetivando-a de mesquinha, sem solidez e sem beleza. Os edifícios não passam de casebres miseráveis voltados para ruas lamacentas. Sobre a capital foi enfático ao afirmar que a o chafariz lhe parecia medíocre. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.51). E quanto aos edifícios importantes como os da Casa de Câmara e Cadeia, espantava o fato de eles serem organizados a partir de dois pisos, com seus

térreos dedicados a cadeia. Entendia ser esta uma particularidade das cidades do interior do Brasil, mostrando apenas uma mera opinião sobre a arquitetura portuguesa que aqui se estabeleceu.

Em relação ao Palácio da vila, a observação se dirigiu à sua pouca ornamentação, que o levou a julgá-la de uma simplicidade inaceitável pelos padrões estéticos da época. Somente em Aldeia Maria e em São José de Mossâmedes (Figura 1 e 2), um aldeamento destinado a se transformar em futura vila, a arquitetura se mostrava melhor. Sobre a primeira ele disse: “[...] a casa do governador, a caserna e os celeiros eram grandes e de bonita aparência” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.75). Já em São José de Mossâmedes o que lhe chamou a atenção foram as casas dispostas em três lados de um grande pátio retangular e uma igreja, que sozinha se contrapunha a esta configuração. Esta, além de suas consideráveis proporções em relação ao casario, foi tida por ele como de bom gosto, não faltando elogios também à casa do governador e ao pomar dos fundos (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 64). Nesse momento, apesar de uma dedicação mais explícita a uma descrição objetiva, palavras como *bom gosto* denunciam sua sensibilidade estética.

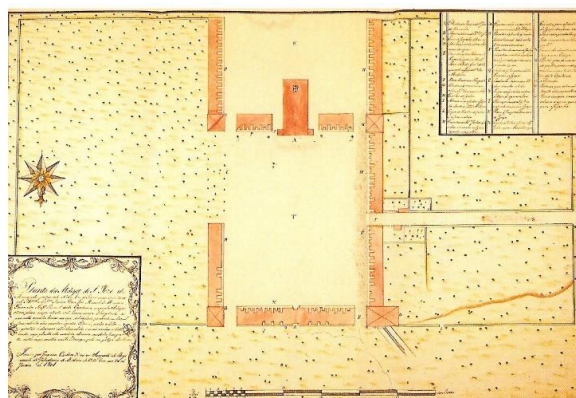


Figura 1 - Perspectiva da Aldeia de São Jozé de Mossamedes, 1801.
Fonte: Arquivo da Biblioteca Mário de Andrade

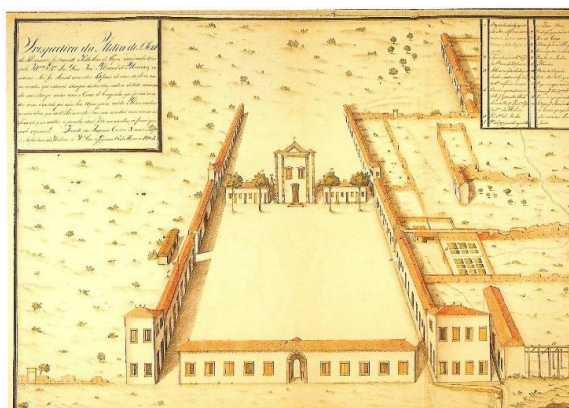


Figura 2 - Perspectiva da Aldeia de São Jozé de Mossamedes, 1801.
Fonte: Arquivo da Biblioteca Mário de Andrade

Mas, embora os exemplos acima apresentados se refiram aos aspectos mais positivos e próximos aos valores estéticos da arquitetura conhecida pelo viajante, as interpretações cheias de juízos pessoais também alcançaram a população dos povoados. A solidão, a miséria e as doenças foram condições enfaticamente observadas que o levaram à formulação de inúmeras avaliações negativas. Afirmava que em Meia Ponte, assim como nos demais povoados, a hidropisia era bastante comum, não sendo rara a elefantíase, o bócio e aquelas doenças decorrentes da profusão de insetos.

Diferentemente do que o viajante indicava, essa não foi uma particularidade local. Esse quadro de penúria estava associado à condição de várias outras cidades do Brasil e não apenas às de Goiás. “Febres intermitentes ocorreram na primeira metade do século, e a febre amarela tornou-se endêmica a partir de 1850” (ALENCASTRO, 1998, p. 67). No Rio de Janeiro, por exemplo, as febres disseminadas pelos insetos e as chuvas de verão se alastravam pelo centro. A situação agravava-se ainda mais devido aos poços contaminados e à falta de água potável. Mas ainda assim, mesmo sendo esta uma condição recorrente em vários lugares do país, para ele, todo o panorama local distanciava os povoados goianos de outros onde já havia civilização.

Somando-se às observações das inúmeras doenças que assolavam a população, Saint-Hilaire (1975) dizia ainda ser a condição climática o fator de agravamento da lamentável situação dos povoados, porque “ar puro” e “salubridade” eram importantes reivindicações de qualidade de vida nas cidades modernas. Suas palavras relacionadas aos aspectos geográficos de Vila Boa atestam este entendimento:

A cidade construída numa baixada, onde o ar não circula como nas montanhas e nas planícies; onde a água parece pouco salubre e o calor é quase sempre sufocante durante a seca; onde enfim, a umidade deve ser muito grande na estação das chuvas, essa repito, não pode ser propícia aos homens de nossa raça. Essa é uma razão por que os habitantes de Vila Boa estão longe de apresentar uma aparência de saúde, vigor e energia. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.51).

Além desse julgamento das condições locais, tão inadequadas aos europeus civilizados, em vários outros fragmentos do livro, observa-se também o destaque à frequente condição de ruínas em que se encontravam vários arraiais da região e aos usos e maus costumes da população tais como a indolência, a preguiça, a pobreza e a promiscuidade. Mesmo na *aprazível* Meia Ponte existia um “[...] prodigioso número de mendigos que vagueiam pelas ruas do povoado” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 38). Segundo ele, a miséria ao se estabelecer embrutecia e provocava desânimo e apatia nas pessoas. “E esta chegou a tal ponto, em muitos deles [delas], que, dispondo praticamente de toda a terra que lhes convém, eles [elas] não chegam [chegavam] a cultivar o suficiente nem mesmo para o seu sustento” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 27).

A decadência, a preguiça, a pobreza, os espaços desertos e a solidão, fortemente expressos na narrativa de Saint- Hilaire, ajudam a perceber as nuances de suas percepções. Vila e demais povoados por estarem vazios não acolhiam os viajantes. Não era raro as casas estarem fechadas a maior parte do tempo pelo fato de a pobreza expulsar a população para o campo, indo às cidades somente aos finais de semana. Aqui, mais uma vez o desânimo e o tom pessimista do naturalista são apontados frente a uma situação que lhe parecia complicada, mas não sem solução. Para ele mesmo longe das cidades do litoral, e, isolados de todos e de tudo, os povoados do sertão goiano se constituíam em lugares de promessas futuras, de intervenção do homem e de distinção.

Os povoados percebidos pelas suas especificidades tais como a aprazível paisagem que os circundava, as altas temperaturas e o consequente calor insuportável, a presença do gentil sertanejo e do índio com seus usos e costumes, se tornaram únicos e particulares no meio da diversidade brasileira. Compreender tais realidades exigiu que o autor de *Viagem à Província de Goiás* recorresse tanto aos recursos de uma razão científica de valores universais, que tudo queria registrar e catalogar, quanto ao sentimento típico de um artista paisagista que percebia e interpretava a realidade goiana à sua maneira, segundo a sua sensibilidade. Em seu trabalho, razão e sensibilidade estiveram intimamente interligados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procurou mostrar que a narrativa que Saint- Hilaire tece sobre as cidades de Goiás, no seu texto *Viagem à Província de Goiás*, se orienta a partir de dois eixos interpretativos principais: a corrente científica, defendida por Flora Süssekind (1990) e a corrente romântica trabalhada por Ledonias Garcia (2010) e Ana Luisa Sallas (2013).

De acordo com o entendimento da primeira pesquisadora, as cidades goianas foram observadas objetivamente e de uma maneira peculiar de lidar com as informações, porque, em muitos casos, elas estão associadas a conhecimentos institucionalizados e externos ao texto. Saint Hilaire recorreu aos recursos de uma razão científica, lançando mão de organização e sistematização do conhecimento existente, na qual a lógica da criação revela ordem e modelo universais e imutáveis. Considerou, portanto, um valor *a priori* e absoluto da natureza. Referências culturais para as suas avaliações negativas, elaboração de itinerários a partir de dados adquiridos, informações sobre a geografia, a localização dos povoados e a regularidade dos seus traçados traduzem esta dimensão. Acrescente-se ainda que a narrativa nesta perspectiva demonstra uma autoridade inquestionável do autor em relação aos seus julgamentos. Tal aspecto

pode ser ilustrado pela quantidade de material levantado, pela enumeração de dados e pelas nomenclaturas técnicas.

Mas, junto a esta forma de interpretar, uma outra mais subjetiva também se firmou e se amalgamou à lógica anterior, formando o conjunto de sua obra. Foi, portanto, com o olhar revestido de razão e sensibilidade que o viajante observou e narrou sobre as cidades de Goiás, sobre os seus rios, suas serras e animais locais, expressando assim realidades a partir de uma razão científica, que buscava não apenas registrar e catalogar, mas também apresentar o sentimento típico de um pintor paisagista que percebia e interpretava à realidade a sua maneira e segundo a sua sensibilidade.

Desta forma, assinala-se uma maior complexidade dos relatos de Saint- Hilaire, visto que ele estava sujeito a modelos de narrativas e temas de sua cultura, de sua época. Era capaz de seguir distintas orientações. Aquelas capazes de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida e uma outra que apresenta a sua afetividade. O resultado desta condição é a ordenação e explicação dos povoados decadentes, das populações preguiçosas e mestiça e de uma moralidade degenerada. Do viajante naturalista mostrou a dimensão subjetiva de uma experiência adquirida nas viagens pelo interior de Goiás, marcadas sobretudo por sentimentos, lembranças e solidão que podem ser expressos em qualidades e juízos de valor.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luíz Felipe de (orgs). **História da vida privada no Brasil**. v. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. 3ª edição. São Paulo: Metalivros, Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

BOAVENTURA, Deusa Maria R. **A urbanização de Goiás no século XVIII**. São Paulo: FAU-USP, 2007.

SANDES, Noé Freire. Memória nação e região: a identidade em questão. In: CHAUL, Nasr Fayad (org.). **Goiás: identidade paisagem e tradição**. Goiânia: EdUCG, 2001.

DEL BRENNA, Giovana Rosso. Ecletismo no Rio de Janeiro (século XIX –XX). In: FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel/ EdUSP, 1987.

GARCIA, Ledonias Franco. **Goyaz: uma província do sertão**. Goiânia: Cânone/PUCGO, 2010.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagens à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975.

SALLAS, Ana Luisa Fayet. **Ciência do homem e sentimento da natureza:** viajantes alemães no Brasil do século XIX. Curitiba: EdUFPR, 2013.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820).** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui.** São Paulo: Cia. das Letras, 1990.